

A cartilha de letramento racial como forma de enfrentamento ao racismo

The racial literacy primer as a way of confronting racism

Andrew Rêgo Benjói¹  | Celyne da Fonseca Soares¹

¹Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Sob a perspectiva de que pessoas negras devem permanecer vigilantes em relação ao racismo, este artigo tem o objetivo de contribuir com a luta contra o racismo por meio da experiência educacional de letramento racial voltada aos direitos antirracistas e à desconstrução de atitudes racistas naturalizadas. Nesse viés, discute-se como a cartilha "Turma do letramento: o antirracismo em quadrinhos", do projeto de extensão universitária "Letramento Racial como forma de combate ao racismo", impacta na formação educacional contra o racismo. Para tanto, o trabalho subdividiu-se em três objetivos específicos: primeiramente, apresenta a construção da cartilha, bem como seus objetivos de partilha de conhecimento para as crianças; depois, aborda de forma crítica as questões raciais, desconstruindo estereótipos por meio de quadrinhos, que apresentam linguagem acessível; por fim, analisa os impactos alcançados com a cartilha sobre a conscientização acerca da história do racismo e a sensibilização desde cedo das crianças. O método usado foi o estudo de caso, por meio de abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Entre os principais resultados, destaca-se o empoderamento dos grupos vulnerabilizados, oferecendo-lhes ferramentas para combater a discriminação e reivindicar seus direitos, ao promover a diversidade e a inclusão por meio de uma cartilha que contribui para a construção de um ambiente mais acolhedor e respeitoso para todos.

Palavras-chave: Cartilha. Letramento racial. Racismo. Educação. Direitos.

Abstract: From the understanding that black people must remain vigilant in relation to racism, this article has the general objective of contributing to the fight against racism, through the educational experience of racial literacy, focused on anti-racist rights and the deconstruction of naturalized racist attitudes. In this context, the following question is addressed: How does the "Turma do letramento: o antirracismo em quadrinhos" booklet from the University Extension Project "Racial Literacy as a way of combating racism" impact educational training against racism? Therefore, this article has been subdivided into three specific objectives: first, it presents the construction of the booklet, its objectives of sharing knowledge with children. Next, it critically addresses racial issues by deconstructing stereotypes through accessible language and comics illustrations. Finally, it analyses the impacts of the booklet on raising awareness about the history of racism and fostering sensitivity among children from an early age. The adopted methodological approach is based on a qualitative case study, supported by bibliographic research. Among the main results, the empowerment of vulnerable groups stands out, providing them with tools to combat discrimination and to claim their rights by promoting diversity and inclusion through a handbook that contributes to the construction of a more welcoming and respectful environment for all.

Keywords: Primer. Racial literacy. Racism. Education. Rights.

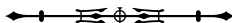
Rêgo Benjói, A., & Soares, C. da F. (2025). A cartilha de letramento racial como forma de enfrentamento ao racismo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(3), e20250014. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0014

Autor para correspondência: Andrew Rêgo Benjói. Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 01. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (andrew.benjo@icj.ufpa.br).

Recebido em 30/01/2025

Aprovado em 20/10/2025

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



INTRODUÇÃO

A luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial são desafios que permeiam a sociedade contemporânea, exigindo ações efetivas e educativas que visem a desconstrução de preconceitos e a valorização da diversidade. Neste contexto, a educação em direitos antirracistas emerge como uma ferramenta fundamental para transformar atitudes e comportamentos enraizados, especialmente entre as novas gerações. A presente pesquisa tem o objetivo de contribuir na luta contra o racismo por meio da experiência educacional de letramento racial voltada aos direitos antirracistas e à desconstrução de atitudes racistas naturalizadas.

Como a cartilha “Turma do letramento” (2024), do projeto de extensão universitária “Letramento racial como forma de combate ao racismo”, impacta na formação educacional contra o racismo? A partir dessa pergunta-problema, a pesquisa foi dividida em sete seções, realizadas para fins didáticos.

Na primeira seção, busca-se contextualizar os caminhos históricos sobre o termo ‘raça’, no sentido de compreender como esse conceito foi modificado e adequado, sobretudo nas relações entre os europeus e os povos ultramarinos.

Com base nas violentas relações raciais que foram desenvolvidas ao longo da história de formação do Brasil, abordamos, na segunda seção, o tema do racismo, o qual é o principal obstáculo para a efetivação da cidadania e da igualdade de pessoas racialmente diferenciadas.

A terceira seção centraliza-se em celebrar a diversidade, tendo a inclusão como pilar fundamental, explorando, ainda, a importância da inclusão e da representação na educação, destacando como a diversidade enriquece o aprendizado e promove um ambiente mais acolhedor, com o objetivo de apresentar a construção da cartilha, seus objetivos e os anseios que permeiam a partilha de conhecimento com as crianças.

A quarta seção aborda, de forma crítica, as questões raciais, desconstruindo estereótipos por meio de

quadrinhos, os quais são caracterizados por ter linguagem acessível. O material descreve a resistência, ratificando a força das narrativas coletivas para a análise do papel que desempenham como forma de empoderamento, permitindo que crianças, jovens e adultos se vejam como protagonistas de suas histórias e agentes de mudança.

A quinta seção analisa os impactos alcançados com a cartilha referentes à conscientização sobre a história do racismo e sensibilização desde cedo das crianças. O material destina-se aos caminhos para o futuro, às conclusões e às novas possibilidades almejadas, refletindo sobre as implicações e as novas oportunidades que surgem para a educação antirracista, integrando essas práticas em todos os níveis da sociedade.

A questão do empoderamento e as ferramentas utilizadas para as mudanças na sociedade, contextualizadas na sexta seção do artigo, enfatizam que a cartilha não se limita a informar, mas oferece meios práticos para que os leitores possam se tornar agentes de transformações em suas comunidades. A última seção aborda a inclusão de diferentes vozes e experiências, o que não representa apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia eficaz para promover um ambiente de aprendizado mais rico e dinâmico, em que todos têm a oportunidade de se destacar.

Assim, esta pesquisa busca não apenas compreender o impacto do letramento racial na formação de uma consciência antirracista, mas também contribuir para a construção de um futuro mais justo e igualitário, no qual a diversidade possa ser celebrada e respeitada. Através da análise das experiências e práticas educativas, esperamos oferecer *insights* valiosos para educadores, ativistas e formuladores de políticas que desejam promover uma sociedade mais inclusiva e livre de preconceitos.

RAÇA E RELAÇÕES RACIAS NO BRASIL

A raça criou o racismo, e não o contrário, visto que pôs uma hierarquia entre as sociedades e populações humanas fundamentada em doutrinas complexas (Guimarães, 2008). O termo raça é polissêmico, ou seja, possui uma

multiplicidade de sentidos e uma dimensão temporal e espacial (Munanga, 2003); foi utilizado, inicialmente, para a classificação de animais e vegetais pela Zoologia e pela Botânica. Esse conceito também foi empregado como critério de estabelecimento de linhagens ou descendências, em que se acreditava que alguns grupos sociais eram criados por forças divinas, sendo moralmente íntegros. A raça nas relações entre classes sociais já era vista nos séculos XVI e XVII. Nesse último, sobretudo na França, as relações entre a nobreza e a plebe tinham por determinante a pureza ou não do sangue: os nobres teriam aptidões inatas para posições de comando e domínio; em contrapartida, os plebeus seriam naturalmente subordinados, podendo até ser escravizados.

Banton (1977) ressalta que foi na Europa que se desenvolveram os modos de categorização, interpretação e auxílio das novas relações sociais, sobretudo daquele grande contingente de seres diferentes no ultramar, pondo em dúvida o conceito de humanidade no contato com este 'outro' não europeu. Segundo Quijano (2005), a ideia de raça, no sentido moderno, não fora conhecida antes da 'conquista' da América. Foi, portanto, nesse 'recém-descoberto' continente que foram produzidas novas identidades – indígenas, negros e mestiços –, estabelecendo-as, assim, como instrumentos de classificação social básica da população e legitimando as relações de subordinação impostas pela conquista.

É importante destacar que todo esse empreendimento de classificação a partir do contato do 'eu' europeu com o 'outro' diferente objetivava o encontro de novos recursos econômicos por intermédio da exploração de mão de obra. Sendo assim, o poder econômico e militar atuou de mãos dadas para subjugar os povos ultramarinos. Em linhas gerais, infere-se que o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo são as formas mais abruptas de dominação. É por meio dessa tríplice estrutura de domínio que se operacionalizaram e, crescentemente, operacionalizam-se a opressão, as desigualdades e as diversas formas de violência e silenciamentos.

No Brasil, passados 388 anos de escravidão, mantendo a tríplice estrutura de domínio em um país que

fora sustentado por uma economia ligada ao trabalho escravo, como nos engenhos de açúcar, nas extrações de ouro e pedras preciosas, na criação de gado e no cultivo de café, a enfim abolição, por meio da Lei Áurea, foi proclamada. Ora, não se importando com a população negra, alguns abolicionistas acreditavam ser a escravidão um grande entrave para o desenvolvimento econômico, político e cultural do país; para outros, era motivo de preocupação, pois a relação com a raça negra poderia levar à degeneração e à corrupção da raça branca (Amador de Deus, 2019). Em outras palavras, a libertação de pessoas escravizadas, conforme Gonzalez (2018), beneficiou o mundo todo, menos as/os negras/os.

No final da década de 1880, como forma de avançar o ideal do branqueamento, o Estado brasileiro começou a convocação de imigrantes para o Brasil, por meio das agências oficiais e produções de intelectuais à época. Pensava-se que um país mais branco estaria mais propício ao liberalismo. Logo, infere-se que as políticas públicas não visavam incluir pessoas negras na sociedade, tampouco indenizá-las por séculos de trabalhos forçados. Como justificativa, não explicitando o ideal do branqueamento, diziam que, por conta da herança da escravidão, essa população estava acostumada a relações patriarcais de dependência servil, portanto, totalmente apática ao trabalho livre da ordem social competitiva, e que não poderia, em hipótese alguma, concorrer com o imigrante europeu, haja vista que este último estava afeito "na atividade disciplinada, racionalizada e regulada a partir de contrato de compra e venda da força de trabalho" (Azevedo, 1987, p. 18).

Entretanto, todas as tentativas de pensar a eliminação do elemento negro da sociedade brasileira foram frustradas, pois, ao contrário do que se esperava, essa população só crescia. Restava, agora, o deslocamento da noção da raça do campo biológico para o conceito de cultura, embora ainda sob o ideal do branqueamento. O negro, o indígena e o branco tornaram-se, pois, os principais protagonistas dessa trama. O escritor pernambucano Gilberto Freyre foi um dos primeiros intelectuais que contribuiu para o avanço dos

estudos culturalistas, introduzindo a temática da convivência das três raças como chave de compreensão do Brasil enquanto nação (Schwarcz, 2009). Dizia Freyre (2019, p. 307) que “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro”. Sua obra “Casa grande e senzala” relata a história social do mundo agrário e escravagista do nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII; naquela economia latifundiária baseada na monocultura, os senhores brancos, pela ausência de mulheres brancas, aproximavam-se sexualmente de escravas negras e índias (Munanga, 1999). Assim, dessa ‘harmoniosa’ interação, Freyre (2019) expõe as influências que negros e indígenas tiveram nos modos de vida da classe dos fazendeiros portugueses, no tocante a comida, indumentária e sexo (Skidmore, 1976). Portanto, a miscigenação, na obra de Freyre (2019), seria extremamente benéfica para a afirmação da cultura do país.

A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina e de outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de “Casa grande e senzala” permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo, cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial; “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito” (Munanga, 1999, p. 79).

No início da década de 1960, intelectuais brasileiros e estrangeiros levantaram uma rede complexa de ligações entre cor e *status* social no Brasil. Alguns resultados evidenciaram que, quanto mais escuro fosse o indivíduo, menor chance ele teria de ascender socialmente (Skidmore, 1976). Outras pesquisas também revelaram que, embora não houvesse uma segregação legalizada entre brancos e negros, como nos Estados Unidos, no Brasil a discriminação atuava de modo muito mais complexo do que em sociedades birraciais. O estudo de Florestan Fernandes sobre as relações raciais de trabalho na cidade de São Paulo – em um contexto da emergente sociedade burguesa – identificou que não houve integração do negro de modo igualitário (Fernandes, 1978). A raça, portanto, mesmo após a abolição, ainda atuava como critério determinante das posições de indivíduos e grupos na sociedade capitalista (Hasenbalg, 2005).

RACISMO: A PEÇA-CHAVE DAS DESIGUALDADES

Tudo o que foi considerado no tópico anterior sobre a raça nos faz refletir sobre como enxergamos a diversidade humana. Assim, Munanga (2003), tratando sobre esse tema, aponta que, sob a perspectiva de operacionalizar o pensamento, as classificações e os conceitos mereceriam uma explicação científica plausível. A operação de classificar os diferentes, considerando que chegamos a oito bilhões de pessoas, facilitaria a compreensão e a apreensão de nossa forma de enxergar o mundo. Contudo, a partir do momento em que se começou a hierarquizar as diferenças, tendo a raça branca enquanto detentora de atributos positivos de beleza, civilidade e moralidade, esses discursos legitimaram toda espécie de subjugação e exploração daqueles não brancos e, mais do que isso, construíram um imaginário de que pessoas racialmente diferenciadas são naturalmente incompetentes para atuar na esfera pública, pois foram vencidas pelo processo de colonização.

Desta forma, o racismo atua na negação de acesso dos racialmente diferenciados aos direitos políticos, civis e

sociais. Trata-se, portanto, de um sistema hierárquico de exclusão em que a branquidade¹ busca, constantemente, sua permanência em espaços de poder e acesso a todos os privilégios possíveis, bem como a naturalização de outros grupos em posições subalternas e desprestigiadas. Sendo assim, para Moreira et al. (2022), o racismo é um sistema de dominação que tem por objetivo promover vantagens competitivas para as pessoas pertencentes ao grupo racial dominante, garantindo que a respeitabilidade social seja um atributo natural e exclusivo de seus membros.

O racismo, de acordo com Amador de Deus (2019), é o personagem antagonista da ação; aquele que luta/guerreia para impedir que as herdeiras e os herdeiros de Ananse², os protagonistas da ação, alcancem seus objetivos. É o racismo que não compreende a/o menina/o periférica/o e preta/o como apenas criança e adolescente, e sim como 'menor'. Ou seja, são invisíveis socialmente, porém bem-vistos enquanto criminosos e produtores da violência. Conforme Grosfoguel (2011), na 'linha do humano', são considerados inferiores.

As pessoas que estão acima da linha do humano são reconhecidas socialmente em sua humanidade como seres humanos com direito e acesso à subjetividade, direitos humanos, de cidadania, civis, trabalhistas. As pessoas que estão abaixo da linha do humano são consideradas sub-humanas ou não humanas, ou seja, sua humanidade está questionada e, portanto, negada (Grosfoguel, 2011, p. 98).

A sociedade brasileira possui suas excepcionalidades no tocante ao racismo: a fala do humorista Millôr Fernandes, "no Brasil não tem racismo, porque o negro sabe o seu lugar" (Gonzalez, 2020, p. 75), caracteriza bem as ambiguidades das relações raciais no país. Não obstante, orgulha-se que, em nosso país, não existam separações delimitadas a partir de um sistema segregacionista rígido ou uma lei oficial que

determine um *apartheid* social para pessoas racialmente diferenciadas, como em outros países (Schwarcz, 2009). Ao contrário, recorre-se frequentemente à tão paradisíaca democracia racial, à mestiçagem e ao sincretismo cultural como justificativa para negar o racismo. Porém, como Schwarcz (2009) evidencia, a partir de algumas conclusões de pesquisas realizadas por instituições e por estudiosos no tema, o racismo à brasileira é dissimulado, nunca oficial, mas sempre atribuído ao outro. No discurso, portanto, nega-se o racismo, mas no cotidiano a realidade se apresenta cruel.

Flauzina (2006) aventura que o processo de aniquilamento do segmento negro é notado, sobretudo, na disposição precária da espacialidade urbana dessa população desde a pós-abolição. Conforme apontamos anteriormente, o grande investimento que o Estado brasileiro empreendeu nas imigrações de pessoas brancas da Europa para o Brasil – com o intuito de branquear a população – excluiu o negro de todo direito à inserção naquela sociedade livre, a indenizações, à educação, à moradia, entre outros benéficos. Ou seja, a população negra ficou à mercê não apenas da sua própria sorte, mas do racismo por parte de vários atores sociais. Portanto, como assevera Almeida (2019), é o racismo que está inscrito nas engrenagens da vida social; ele é uma das peças que regula a normalidade das relações sociais.

DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA: OBJETIVOS E METAS DAS CARTILHAS DO PROJETO "LETRAMENTO RACIAL"

O projeto "Letramento racial", como forma de combate ao racismo, e a produção de sua "Cartilha antirracista" (2024) e da cartilha "Turma do letramento" (2024) (voltada ao público infantil) surgiram como uma resposta necessária e urgente às desigualdades raciais que permeiam nossa

¹ Usamos branquidade em vez de branquitude, pois esta última não constitui, como na negritude, um processo político de tomada de consciência mediante a opressão colonial sofrida (Amador de Deus, 2019).

² Ananse faz parte do mito da deusa Aranã, divindade da cultura fanti-ashanti, que se metamorfoseou em aranha. Nesse sentido, Amador de Deus (2019) usa essa metáfora para descrever a rede (teia) de interações que os africanos, sequestrados de seu continente para as Américas, mantiveram unidos, na perspectiva de diáspora.

sociedade. Com o objetivo de promover uma educação antirracista, a cartilha visa não apenas informar, mas também transformar a maneira como crianças e os jovens percebem e interagem com questões raciais (“Cartilha antirracista”, 2024). Ao abordar temas como a história do racismo, seus impactos e a importância do respeito às diferenças, a cartilha se propõe a ser uma ferramenta de conscientização e empoderamento.

Os objetivos centrais das cartilhas incluem a desconstrução de estereótipos raciais que, muitas vezes, são perpetuados desde a infância. Ao educar sobre a diversidade cultural e a riqueza das experiências de grupos historicamente marginalizados, buscamos fomentar um ambiente de respeito e inclusão. A cartilha também tem como meta equipar as crianças com o conhecimento necessário para que possam identificar e combater práticas discriminatórias, promovendo uma cultura de defesa dos direitos humanos.

A cartilha assume proporções muito importantes porque, conforme Berth (2023, p. 43),

No fundo, todos sabem que a história do Brasil é marcada pelos horrores da escravidão de pessoas e que tudo o que veio depois disso tem vínculo permanente com a antiga regulação do trabalho escravo. Tal vínculo perdurará enquanto o cerne do problema não for trazido à luz, com muita coragem e responsabilização, por herdeiros que desfrutaram dos produtos construídos a partir desse horror histórico.

Sobre essa educação em direitos, mormente, direitos raciais, Gonzalez (2020, p. 71) aduz que “tem um potencial revolucionário muito mais do que outros movimentos semelhantes que também se propõem lutar por uma sociedade justa e igualitária”. Logo, se pode constatar o teor de resistência e superação que a educação possui para as pessoas negras.

Além disso, os integrantes (e autores) das cartilhas as constroem como um recurso didático que pode ser utilizado em diferentes contextos educacionais, desde escolas, atividades comunitárias, palestras e universidades públicas e privadas. Acredita-se que a educação é uma poderosa ferramenta de transformação social, e, ao integrar

a temática racial no currículo, contribui-se para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, pois “o racismo enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravidão, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses” (Gonzalez, 2020, p. 185).

Em suma, a cartilha não é apenas um material educativo, ela é um convite à reflexão e principalmente à ação, face a essa herança escravocrata que perdura até os dias atuais. Ao despertar a consciência sobre as questões raciais desde cedo, estamos plantando as sementes para uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam se sentir valorizados e respeitados, de forma a representar, assim, uma revolução na educação, promovendo mudanças significativas que reverberarão por gerações.

VIVÊNCIAS TRANSFORMADORAS:

A CONSTRUÇÃO DA CARTILHA

“TURMA DO LETRAMENTO: O ANTIRRACISMO EM QUADRINHOS”

O processo de construção da cartilha “Turma do letramento” (2024) objetivou trazer os temas do racismo e do antirracismo por meio do uso de imagens e diálogos articulados entre si e da criação de personagens com identificação para o público juvenil. De acordo com Caruso e Silveira (2009), a utilização das histórias em quadrinhos, por terem uma linguagem de fácil compreensão, mediante a leitura rápida e dinâmica da mensagem que se pretende transmitir, estimula a leitura sobretudo de crianças e jovens, se comparadas aos livros.

Os quadrinhos, através de linguagem simples e atrativa aos olhos das/os leitoras/es, objetivam trazer ao lume, desde cedo para as crianças (jovens e adultos, em certa medida também), a compreensão de que

o racismo é sempre um sistema e que todo sistema se apresenta de modo complexo, multifacetado e com *modus operandi* muito peculiares. . . . O racismo é um sistema que oprime, controla e domina corpos não brancos através das relações de poder hierárquico (Berth, 2023, pp. 149-150).

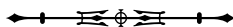




Figura 2. Professora Sandrinha explicando sobre racismo. Fonte: "Turma do letramento" (2024).

atravessados cotidianamente por pessoas racial e etnicamente diferenciadas, trazer o que Freire (1987) denominou de pedagogia humanista e libertadora, na qual a educação não é um mero ato de depositar conhecimento, mas um instrumento dialógico, que instiga a percepção crítica do mundo para buscar o que o autor denominou de desvelamento da realidade social³. Em outras palavras, enfatizamos que, para uma educação antirracista ter sua efetividade, é necessário que não haja a 'cultura do silêncio' em sala de aula, mas uma interação entre a fala e a escuta, ou seja, diálogos proveitosos, em que um ajuda o outro a tornar compreensível seu pensamento.

A rejeição do conhecimento como mera memorização e repetição fica evidente quando, no segundo contexto, intitulado "Nomeando violências", Lélia dialoga com seu irmão sobre o que aprendeu em sala de aula,

explicando-lhe a diferença entre racismo e injúria racial, o que demonstra a eficácia de uma educação dialógica, que leva à conscientização e ao compartilhamento de conhecimento. Assim, entre outros assuntos, é discutido, conforme o diálogo da Figura 3, o racismo recreativo, termo elaborado pelo pesquisador Moreira (2019), o qual conceitua que, por meio de piadas e brincadeiras, as imagens de pessoas étnicas e racialmente diferenciadas são sempre representadas de maneira negativa e estereotipada.

Como mostrado na Figura 4, também é elencada a temática do racismo religioso como forma de levar o público leitor a refletir sobre como as representações nos meios de comunicação e/ou reproduzidas por várias instituições e agente sociais induzem a sociedade a odiar e a demonizar religiões de matrizes africanas, pois destoariam dos preceitos da religião hegemônica

³ Para Freire (1987, p. 117), o desvelamento da realidade social é um processo de reflexão que leva o indivíduo à conscientização e "... constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação. ...".



Figura 3. Crianças dando relatos sobre situações racistas. Fonte: "Turma do letramento" (2024).



Figura 4. Relatos sobre racismo religioso. Fonte: "Turma do letramento" (2024).

(“Turma do letramento”, 2024). Dessa forma, procuramos reforçar a importância dos cultos afros e a desmistificar uma série de estereótipos, trazendo também exemplos de intolerância religiosa.

No terceiro contexto, com o título “Conhecendo nossos potências”, Joaquim, aluno da turma da professora Sandra, diz para Lélia que foi solicitado um trabalho sobre algum artista brasileiro para o Dia da Consciência Negra. Assim, neste diálogo entre os dois jovens, o universo da música é o tema central da conversa, algo bastante comum entre a juventude. Entende-se que a arte, com suas variadas linguagens, é um veículo importante para propagar uma determinada mensagem.

Não à toa é trazido o contexto de diversos artistas negros, como *rappers*, funkeiros, MCs e grandes nomes da música popular brasileira (MPB), com o intuito de afirmar que, além da riqueza técnica que a música negra carrega, as letras são utilizadas como uma maneira de protesto, indignação e denúncia em relação ao que é experimentado no cotidiano da população negra. De acordo com Gilroy (1993), a música de/para pessoas negras é um símbolo

afro-diaspórico e aponta para um pertencimento diante de um mundo perverso e racializado.

Logo, o percurso de criação da cartilha foi fruto do compromisso com o enaltecimento da cultura negra e o enfrentamento ao racismo. Ou seja, todos os diálogos se baseiam em variados estudos de pesquisadores negros e aliados, assim como nos relatos de amigos, parentes ou conhecidos e, principalmente, nas muitas vivências que os membros do projeto experenciam cotidianamente.

Embora fosse/seja doloroso escrever sobre inúmeras violências que a população negra sofre, compreende-se que a luta é necessária para que as crianças, os jovens e os adultos entendam a enorme contribuição da presença negra no Brasil e no mundo, assim como para fortalecer os nossos diante de injustiças (Figura 5). Entre as intenções do constructo desse produto (cartilha), a maior delas certamente está em aproximar o público-alvo através da tentativa de uma reflexão sobre como a raça atua fortemente nas relações sociais, atribuindo a alguns a perpetuação de privilégios e poder e a outros precariedades e violências físicas e simbólicas.



Figura 5. Diálogo entre jovens. Fonte: “Turma do letramento” (2024).

QUEBRANDO BARREIRAS: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS E PROMOVENDO IGUALDADE

Outro dos principais objetivos da cartilha é desconstruir os estereótipos raciais que, muitas vezes, estão enraizados na cultura e na sociedade (“Turma do letramento”, 2024). Por meio das atividades lúdicas e educativas, são abordados temas como a diversidade étnica, a história do racismo e a importância da empatia, de maneira a desafiar os preconceitos e promover diálogos abertos. Com isso, foi possível quebrar barreiras que separam as crianças e fomentar um ambiente de igualdade, haja vista que “somos iguais na condição humana, mas diversos na expressão e caracterização dessa humanidade” (Berth, 2023).

Segundo Jakubaszko (2015), estereótipos são generalizações operadas pelo pensamento humano, que também são transmitidos por meio da linguagem e dos discursos e, assim, assimilados inconscientemente. Trata-se de uma falsa percepção da realidade social, que, quando repetida diversas vezes, torna a forma correta a ser reproduzida e, conseqüentemente, naturalizada. Desta forma, quando os preconceitos se cristalizam, geram práticas discriminatórias, levando a ações violentas.

No nosso cotidiano, os estereótipos racistas são comumente presenciados. Moreira et al. (2022) asseveram que, na lógica dos estereótipos, há também a lógica dos estigmas, a qual funciona como uma forma de pessoas sofrerem desvantagens permanentes. Os membros do grupo racial dominante, por estarem em posições de prestígio e poder, podem, a partir dos estigmas, criar, disseminar e determinar o funcionamento das instituições, com base nos estereótipos de membros de grupo raciais diferenciados. Não à toa que o racismo, além de estrutural, é institucional, carecendo de um sistema educacional não apenas que não seja racista, mas que seja antirracista.

Quando a educação não é libertadora, as atitudes e reproduções de preconceitos e discriminações tornam-se a regra do jogo social. Assim, uma das funções do racismo, em síntese, é a perda da respeitabilidade social e, como

resultado, uma vida constantemente precarizada. Todo esse sistema de opressões gera, na população negra, sentimento de permanente sofrimento, sobretudo dentro do sistema neoliberal, que culpabiliza o indivíduo pelo seu fracasso, escamoteando, contudo, todo processo histórico de exclusão (Francisco, 2008).

Sobre as compreensões da sociedade racista e excludente, Berth (2023, p. 29) acrescenta:

... o caminho mais seguro reside na compreensão estrita desses conceitos que ditam as regras sociopolíticas de exclusão e hierarquia, de como se formaram no decorrer da história, do motivo pelo qual se estabilizaram, quem ganha ou quem perde com essa condição de estabilidade e como se dão tais ganhos e perdas dentro dessas zonas de conforto ou privilégios sociais.

É importante enegrecer que a população negra não é passiva, conforme apontado na educação hegemônica colonizadora, mas se organiza, mobiliza, reivindica e cria ferramentas de combate ao racismo, seja na música, na dança, nas pinturas, na escrita, entre outras modalidades de linguagens. Souza (2011) pontua que, como o sistema político e suas instituições são resultado de disputa de poder, é necessário haver solidariedade e articulação de lutas, sobretudo de grupos étnicos e racialmente diferenciados, para uma ação política conjugada, sempre pontuando as falhas no sistema e buscando reivindicações e soluções.

Isso porque não se olvida a existência de limites e desafios para a educação antirracista no Brasil, tal como o racismo estrutural, reforçado pela resistência e pela falta de conscientização, que muitas vezes vem de pessoas que não reconhecem o racismo como um problema ou que se sentem ameaçadas pelas mudanças propostas. Também há a falta de formação de professores e educadores, assim como a desigualdade socioeconômica e a ausência de referências e implementação de modelos que não sejam europeizados, o que pode afetar a autoestima e a identificação dos alunos negros, dificultando o desenvolvimento de suas potencialidades

A partir da constatação de tamanhos atravessamentos desafiadores, as histórias e ilustrações presentes na cartilha foram cuidadosamente selecionadas para refletir a pluralidade da experiência humana, mostrando que a diversidade é uma riqueza a ser celebrada. Ao promover a igualdade e o respeito às diferenças, a cartilha se torna uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta contra a discriminação.

EMPODERAMENTO EM AÇÃO: FERRAMENTAS PARA A MUDANÇA

É pertinente enfatizar que a cartilha não se limita a informar, pois ela também busca empoderar as crianças, oferecendo ferramentas práticas para que possam se tornar agentes de mudança em suas comunidades ("Turma do letramento", 2024). Através de atividades que estimulam a reflexão crítica e a ação, incentivamos os jovens a se posicionarem contra o racismo e a defenderem seus direitos e os direitos dos outros, haja vista que:

Nenhuma questão é isolada e todas devem ser observadas em conjunto para que possamos diagnosticar onde e quando cada uma atua e se fortalece. Somente quando recorremos à análise dos fundamentos da estrutura social é que conseguimos estabelecer metas para superar nossos problemas (Berth, 2023, p. 23).

Segundo Kilomba (2019), por conta de as imagens de pessoas negras serem apontadas e reforçadas como negativas, o sujeito negro é forçado a se identificar com a branquitude. Assim, os fenótipos, o cabelo e a pele da pessoa negra devem ser evitados para que ela saia do lugar de inferioridade ou de inadequação. A expressão, a exemplo, de 'cabelo ruim', destinada às pessoas negras com cabelos crespos, vem desde a época escravocrata, cujos traços da negritude eram definidos como inferiores; e alisar o cabelo, com os produtos criados na Europa, era uma forma de ser aceito (Amorim & Grossi, 2023).

Diante desse cenário de inadequações e exclusões que a pessoa negra passa cotidianamente, é importante

que pessoas compromissadas com a luta antirracista busquem formas de reivindicar direitos, mas também de empoderar o sujeito étnico e racialmente diferenciado. Esta é, portanto, a função da cartilha, que, ao afirmar o orgulho dos traços negros, também exalta a diáspora africana por meio de artistas, escritores, pesquisadores, compositores e diversas personalidades negras, os quais a branquitude tenta subalternizar e depreciar.

As seções da cartilha incluem dicas sobre como identificar e reagir a situações de discriminação, além de promover a solidariedade e o apoio mútuo entre os colegas ("Turma do letramento", 2024). Ao capacitar as crianças com conhecimento e habilidades, estamos contribuindo para a formação de uma geração que não apenas reconhece as injustiças, mas também se mobiliza para combatê-las, usando a técnica do diálogo e da leitura que, "enquanto um critério de adequação metodológica[,] tem origens africanas" (Bernardino-Costa et al., 2023).

Em suma, a construção da cartilha foi uma vivência de seus integrantes voluntários de um alcance transformador, que envolveu imersão, compartilhamento e empoderamento. Ao aprender juntos, quebrar barreiras e oferecer ferramentas para a mudança do racismo estruturante na realidade da sociedade, estão sendo pavimentados os caminhos, talvez não mais para o presente, mas para um mundo futurista (hoje apenas utópico para muitos) que seja mais justo e igualitário, no qual todos possam viver com dignidade e respeito, independentemente de suas origens, crenças, sexo ou raça.

REFLEXÕES PODEROSAS: INTEGRAÇÃO E IMPACTO NA SOCIEDADE

A construção das cartilhas não é apenas um projeto educacional, é uma celebração da diversidade e um compromisso com a inclusão como pilar fundamental para a transformação social. Ao longo do processo, ficou evidente que a diversidade não deve ser apenas reconhecida, mas celebrada em todas as suas formas.

A inclusão de diferentes vozes e experiências enriqueceu o conteúdo da cartilha, permitindo que as

crianças se vissem representadas e valorizadas, sendo essa representação de caráter crucial, pois, quando as crianças se identificam com o que aprendem, elas se tornam mais engajadas e motivadas a participar ativamente na construção de um mundo mais justo (“Turma do letramento”, 2024). A inclusão, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia eficaz para promover um ambiente de aprendizado mais rico e dinâmico, onde todos têm a oportunidade de brilhar.

Além disso, a cartilha se propõe a ser um espaço de resistência, em que a força da narrativa coletiva se torna uma ferramenta poderosa para desafiar as narrativas dominantes que perpetuam o racismo e a desigualdade. Ao escrever sobre suas experiências e compartilhar suas histórias, as crianças não apenas validam suas vivências, mas também criam um contraponto às narrativas que frequentemente marginalizam suas identidades.

Para se compreender a sociedade, é preciso entender o povo do qual ela descende, logo, os europeus, os negros e os indígenas formaram uma sub-raça mestiça e crioula, que é diferente de qualquer outra e que perfazem mais da metade da população brasileira em números gerais (Brito, 2022). Portanto, as experiências e os conhecimentos trazidos no contexto da cartilha são de extrema importância.

Essa escrita da resistência é um ato de afirmação e empoderamento, que permite que as crianças se vejam como protagonistas de suas próprias histórias. Através da narrativa coletiva, elas aprendem que suas vozes importam e que, juntas, podem criar um impacto significativo na sociedade (Gonzalez, 2020). A conscientização é fundamental para cultivar uma geração que não apenas reconhece as injustiças, mas que também se mobiliza para combatê-las, utilizando a força de suas histórias como um motor de mudança.

Ao refletir sobre os caminhos para o futuro, é essencial considerar as conclusões que emergem desse projeto e as novas possibilidades que se abrem diante de nós. A experiência de desenvolver a cartilha ensinou que a educação antirracista deve ser uma prioridade em todos os níveis da sociedade, desde as escolas até as instituições públicas e privadas.

A integração de práticas antirracistas em currículos educacionais, políticas públicas e iniciativas comunitárias é fundamental para garantir que a luta contra o racismo seja uma responsabilidade compartilhada. Além disso, é crucial que o projeto se detenha a continuar na promoção de espaços de diálogo e reflexão, onde as vozes de todos os grupos, especialmente aqueles historicamente marginalizados, possam ser ouvidas e valorizadas.

As novas possibilidades que surgem a partir dessa experiência são vastas. Podemos imaginar um futuro em que a educação antirracista não seja apenas uma disciplina isolada, mas uma abordagem transversal, que permeie todas as áreas do conhecimento (“Cartilha antirracista”, 2024); um futuro no qual desde cedo seja possível visualizar na prática a importância da diversidade, da empatia e do respeito, formando cidadãos conscientes e engajados. A atuação do projeto “Letramento racial” é um passo nessa direção, mas é apenas o começo. Urge a necessidade de continuar a construir sobre essa base, expandindo as iniciativas e envolvendo mais pessoas na luta pela igualdade e pela justiça.

Em suma, as reflexões poderosas que emergem da construção da cartilha nos lembram da importância da inclusão, da narrativa coletiva e da educação antirracista como ferramentas essenciais para a transformação social. Ao celebrar a diversidade e escrever sobre a resistência, está-se não apenas moldando o presente, mas também pavimentando o caminho para um futuro mais justo e igualitário. A jornada é longa, mas cada passo dado em direção à inclusão e ao respeito vai em direção a uma sociedade mais acolhedora e respeitosa para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental descolonizar a maneira com que a educação tem tratado a questão racial nas escolas. Trata-se de uma educação colonizada e eurocentrada, que compreende a história dos povos e pessoas racial e etnicamente diferenciadas como ‘perdedoras’ do processo de colonização. Nesse sentido, quando não se evidencia, no

cotidiano escolar, nas práticas pedagógicas e no currículo, a cultura e a história afro-brasileira, o resultado é um ambiente hostil e perverso para as/os alunas/os negras/os, levando a exclusão e problemas físicos e mentais.

A baixa autoestima e a dificuldade de assumir a identidade negra ou sempre associar a negritude com algo negativo geram na criança ou na/o adolescente negra/o sentimento de autorrejeição, relacionamentos interpessoais tempestuosos, dificuldades no aprendizado e, por conseguinte, evasão escolar. Portanto, o racismo jamais deve ser encarado como ‘mimimi’, mas como mecanismo de poder utilizado para o extermínio de grupos específicos de pessoas.

Contudo, compreender que o racismo se manifesta desde o início da vida do indivíduo negro é o primeiro passo para avançar em ações antirracistas, possibilitando um ambiente agradável, acolhedor e que entende a diversidade racial, de gênero e religiosa como parte fundamental no conhecimento do mundo.

Nesse sentido, a cartilha antirracista do projeto “Letramento racial”, enquanto forma pedagógica para letrar crianças e adolescentes no tocante à questão racial é fruto de um conjunto de pessoas que entendem a importância de continuar lutando por um país mais igual e inclusivo. Ademais, a análise dos fundamentos estruturais do racismo, em conjunto com a valorização das narrativas coletivas, contribui para que crianças e jovens se vejam como protagonistas de suas histórias, fortalecendo suas identidades e promovendo uma cultura de respeito. Assim, a cartilha “Turma do letramento” (2024) se mostra uma ferramenta essencial para enfrentar o racismo de maneira efetiva, criando um futuro mais justo e igualitário, em que a diversidade é não só reconhecida, mas celebrada. A pesquisa entende que, ao integrar práticas educacionais antirracistas desde cedo, é possível cultivar uma sociedade mais inclusiva e libertadora, focada na desconstrução de preconceitos e na promoção da equidade racial.

Por fim, cabe ressaltar a necessidade de continuidade e expansão de iniciativas como a “Turma do letramento”

(2024). A construção de um futuro livre de racismo requer um compromisso constante e coletivo, que vai além das salas de aula. Envolver pais, educadores e a comunidade em geral é fundamental para fortalecer ainda mais os esforços de sensibilização e empoderamento. A educação antirracista não deve ser vista como um projeto temporário, mas como um elemento essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

O futuro almejado, em que todos vivam com dignidade e respeito, depende da disposição de cada um de nós em participar desse processo de transformação. Assim, a cartilha não apenas fornece ferramentas para reconhecer e combater o racismo, mas também inspira uma reflexão profunda sobre nosso papel na construção de um mundo mais equitativo e acolhedor. É um convite à ação, uma chamada para que cada um se torne um agente de mudança nas suas comunidades, promovendo não apenas a conscientização, mas também a implementação de ações operativas que desafiem e desmontem as estruturas opressoras que persistem em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. (com Ribeiro, D.). (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen. <https://sites.ufpe.br/enegrecer/wp-content/uploads/sites/146/2023/01/ALMEIDA-Silvio-Racismo-estrutural-Livro-2019.pdf>
- Amador de Deus, Z. (2019). *Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse*. Secult/PA. <https://pt.scribd.com/document/535781854/DEUS-Zelia-Amador-de-Ananse-Tecendo-teias-na-diaspora-2019>
- Amorim, J. N. A., & Grossi, F. R. S. (2023). Ideologia do branqueamento: consequências psíquicas e sociais vivenciadas por mulheres negras da cidade de Luís Eduardo Magalhães - BA. *Revista Sociedade e Ambiente*, 4(2), 36-55. <https://revistasociedadeeambiente.com/index.php/dt/article/view/98>
- Azevedo, C. M. M. (com Eisenberg, P.). (1987). *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Paz e Terra.
- Banton, M. (1977). *A ideia de raça*. Edições 70.
- Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (Orgs.). (2023). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (Coleção Cultura Negra e Identidades). Autêntica.

- Berth, J. (2023). *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades* (2 ed.). Paz e Terra.
- Brito, F. (2022). *O racismo na história do Brasil: as ideologias de desigualdades raciais na formação da sociedade brasileira*. Paco Editorial.
- Cartilha antirracista*. (2024). (Projeto Letramento Racial, 3 ed.). ICJ/UFGA.
- Caruso, F., & Silveira, C. (2009). Quadrinhos para a cidadania. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 16(1), 217-236. <https://www.scielo.br/hj/hcsm/a/jTtG955jtm5gRTj43zh9P/?format=html>
- Fernandes, F. (1978). *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. Editora Ática.
- Flauzina, A. L. P. (2006). *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>
- Francisco, W. E. (2008). Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. *Ciência & Educação*, 14(3), 397-416. <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300003>
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17 ed.). Paz e Terra. <https://pt.scribd.com/document/515334866/Lelia-Gonzalez-Primavera-Para-as-Rosas-Negras>
- Freyre, G. (2019). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global. https://www.robertonovaes.com.br/wp-content/uploads/2023/07/FREYRE_Casa_Grande_e_Senzala.pdf
- Gilroy, P. (1993). *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Harvard University Press.
- Gonzalez, L. (2018). Primavera para as rosas negras: *Lélia Gonzalez em primeira pessoa...*. Diáspora Africana. <https://pt.scribd.com/document/515334866/Lelia-Gonzalez-Primavera-Para-as-Rosas-Negras>
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (F. Ríos, & M. Lima, Orgs.). Zahar.
- Grosfoguel, R. (2011). *La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos*. CIDOB. <http://arquitecturadelatransferencias.net/images/p-grosfoguel/GROSFOGUEL-LA-DESCOLONIZACION.pdf>
- Guimarães, A. S. A. (2008). Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In O. A. Pinho, & L. Sansone (Orgs.), *Raça: novas perspectivas antropológicas* (pp. 63-82). ABA; EDUFBA. <https://static.scielo.org/scielobooks/3tqqd/pdf/pinho-9788523212254.pdf>
- Hasenbalg, C. (2005). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (2 ed.). Editora UFMG; IUPERJ. <https://pt.scribd.com/document/470270916/Discriminacao-e-Desigualdades-Raciais-no-Brasil-Carlos-Hasenbalg>
- Jakubaszko, D. (2015). Quebrando estereótipos e rompendo preconceitos na sala de aula. *Revista Espaço Acadêmico*, 14(168), 1-16. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27293>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó. <https://pt.scribd.com/document/869485850/Manual-de-educacao-juridica-antirracista-1st-Edition-Adilson-Jose-Moreira-Philippe-Oliveira-De-Almeida-Wallace-Corbo-download>
- Moreira, A. J. (com Ribeiro, D.). (2019). *Racismo recreativo*. Sueli Carneiro; Pólen. <https://pt.scribd.com/document/566341996/Feminismos-Plurais-Adilson-Moreira-racismo-recreativo>
- Moreira, A. J., Almeida, P. O., & Corbo, W. (2022). *Manual de educação jurídica antirracista: direito, justiça e transformação social*. Contracorrente. <https://pt.scribd.com/document/869485850/Manual-de-educacao-juridica-antirracista-1st-Edition-Adilson-Jose-Moreira-Philippe-Oliveira-De-Almeida-Wallace-Corbo-download>
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Editora Vozes.
- Munanga, K. (2003, novembro). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In *Anais do Seminário Nacional Relações Raciais e Educação*, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Quijano, A. (2005). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Clacso Livros.
- Souza, A. S. (2011). Racismo Institucional: para compreender o conceito. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, 1(3), 77-88. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/275>
- Turma do letramento: o antirracismo em quadrinhos*. (2024). (Projeto Letramento Racial). ICJ/UFGA.
- Schwarcz, L. K. M. (2009). Racismo 'à brasileira'. In H. B. Almeida, & J. Szewako (Orgs.), *Diferenças, igualdade* (pp. 70-115). Berleandis & Vertecchia.
- Skidmore, T. E. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Paz e Terra.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declararam participação ativa durante todas as etapas de elaboração do manuscrito.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.